



SENADO FEDERAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 13, DE 2012

Acrescenta parágrafo ao art. 14 da Constituição, para estabelecer que as informações bancárias, patrimoniais e fiscais de candidatos a cargos eletivos sejam colocadas à disposição de órgãos de fiscalização e controle.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 14 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“Art. 14.

§ 12. A partir do registro da candidatura, as informações bancárias, patrimoniais e fiscais dos candidatos a cargos eletivos serão colocadas à disposição do Ministério Público, dos Tribunais e Conselhos de Contas e de organizações da sociedade civil registradas, na forma da lei, junto à Justiça Eleitoral.” (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A corrupção eleitoral vicia a representação política desde o pleito, deixando uma mácula que persiste no exercício dos mandatos eletivos. Esta Proposta de Emenda à Constituição deixa as informações bancárias, patrimoniais e fiscais dos candidatos à disposição de órgãos e entidades de fiscalização e controle, para que possam examinar mais profundamente a probidade dos possíveis futuros mandatários. Isso ajudaria a identificar candidatos pouco éticos e coibiria a corrupção eleitoral.

Com a convicção de que a Emenda proposta é um passo importante para a moralização da política brasileira, solicito o apoio dos ilustres Pares à iniciativa.

Sala das Sessões,

Wah A.

Senador CRISTOVAM BUARQUE

1 *[Signature]*

RANDOLFE PSOL/AP.

2 *[Signature]*

PEDRO SIMON

3 *[Signature]*

REGUIÃO

4 *[Signature]*

ALVARO DIAS

5 *[Signature]*

ALVARO DIAS

6 *[Signature]*

EDUARDO LUIZ

7 *[Signature]*

LAURO ANTONIO

8 *[Signature]*

SERGIO SANZA

9 *[Signature]*

PAULO H. TAV

10 *[Signature]*

MOZARIAS

Acrescenta parágrafo ao art. 14 da Constituição,
para estabelecer que as informações bancárias,
patrimoniais e fiscais de candidatos a cargos
eletivos sejam colocadas à disposição de órgãos
de fiscalização e controle.

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

JOÃO VICENTE CLAUDIO

MARIA DO CARMO

JARBAS VASCONCELOS

PAULO ALVES

DEMOSTENES

Myrio Couto

LIM ARGELO

ANA AMELIA (PP/RS)

Waldemar de Mello

LAURO ANTONIO

Acrescenta parágrafo ao art. 14 da Constituição,
para estabelecer que as informações bancárias,
patrimoniais e fiscais de candidatos a cargos
eletivos sejam colocadas à disposição de órgãos
de fiscalização e controle.

22 Euclides Silva

22 DOUTOR CARLOS VALADAR

23 WELLINGTON DIAS

24 HUMBERTO COSTA

25 Cláudio M. Silva

26 Juanos

27 Amilton Silva

28 IVANUS ARRUDA

29

30

31

32

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

FERRACO

Legislação Citada

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

(...)

**CAPÍTULO IV
DOS DIREITOS POLÍTICOS**

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

- I - plebiscito;
- II - referendo;
- III - iniciativa popular.

§ 1º - O alistamento eleitoral e o voto são:

- I - obrigatórios para os maiores de dezoito anos;
- II - facultativos para:
 - a) os analfabetos;
 - b) os maiores de setenta anos;
 - c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

§ 2º - Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.

§ 3º - São condições de elegibilidade, na forma da lei:

- I - a nacionalidade brasileira;
- II - o pleno exercício dos direitos políticos;
- III - o alistamento eleitoral;
- IV - o domicílio eleitoral na circunscrição;
- V - a filiação partidária; Regulamento
- VI - a idade mínima de:
 - a) trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador;
 - b) trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal;
 - c) vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz;
 - d) dezoito anos para Vereador.

§ 4º - São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.

§ 5º O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 16, de 1997)

~~CONFIDENTIAL - DETROIT~~

ente da República, de

es:

atividade;

toridade superior e, se

de e os prazos de sua
para exercício de
legitimidade das eleições
ção, cargo ou emprego
titucional de Revisão nº

itoral no prazo de
buso do poder

e justiça, respondendo o